

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS

Atividade Extensionista

RELATÓRIO FINAL (2024.2)

CURSO: GRADUAÇÃO EM DIREITO / DIREITO FINANCEIRO / CAMPUS DE ÁGUAS CLARAS / TURNO: NOTURNO
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: SALÁRIO MATERNIDADE – HISTÓRICO, CONCEITO E REQUISITOS, CUSTEIO E EFETIVAÇÃO.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: Data Início: 08/2024 Data Término: 12/2024

<u>EQUIPE:</u>		
<u>Nome completo</u>	<u>Matrícula</u>	<u>Curso</u>
Bruna Fernanda de Lima Ferreira	2213180000037	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Bruno da Silva Martins	2123180000110	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Giovanni Cruz de Souza	241318000013	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Juliana Porto Santos	2310010000078	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Lígia Marieta Barcelar Ribeiro	2413180000185	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Marco Antônio Arêdes Burmann	2413180000192	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Mateus de Freitas Rodrigues	2313180000032	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Nícolas Rodrigues do Nascimento	2220010000105	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Pedro Gomes Ferreira	231318000026	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
Susie Márcia Telles de Oliveira	231318000043	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)

PROFESSOR ARTICULADOR / ORIENTADOR:

Professora Luiza Cristina de Castro Faria.

INSTITUIÇÃO PARCEIRA:

CENTCOOP – Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do DF

PÚBLICO-ALVO:

Gestantes: trabalhadoras empregadas com carteira assinada ou avulsas, contribuintes individuais e facultativas; asseguradas do INSS.

RESUMO:

Os projetos de extensão universitária buscam criar um vínculo entre a instituição de ensino superior e a sociedade na qual ela está inserida, de modo a possibilitar a propagação de conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. Tornam-se, desse modo, um ambiente que possibilita vivências entre instituição e as reais necessidades dos indivíduos.

O presente projeto extensionista objetivou analisar o direito ao salário-maternidade no contexto da legislação trabalhista, abordando os desafios e aspectos legais que envolvem o benefício. Além disso, buscou promover a educação e conscientização da sociedade sobre os direitos das trabalhadoras no período da maternidade, esclarecendo os requisitos legais para a concessão do benefício e os direitos envolvidos para garantir uma licença que respeite a saúde e o bem-estar das mães e filhos.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Foi realizada uma apresentação, juntamente com a entrega de panfletos sobre o salário-maternidade, com o objetivo de informar e esclarecer as mulheres, de um modo geral, tanto as que pensam em engravidar, bem como grávidas e mães adotivas, sobre seus direitos e benefícios durante o período de afastamento do trabalho. A ação buscou promover a conscientização tanto de jovens quanto de adultos sobre a importância desse benefício para a garantia de uma licença remunerada durante a maternidade.

Para as jovens, o foco foi esclarecer como funciona o processo de solicitação do salário-maternidade, os requisitos legais e os impactos positivos dessa medida na saúde física e mental da mãe e da criança. O material também procurou ressaltar a importância do apoio social e familiar nesse período tão delicado, além de enfatizar a relevância do planejamento para a adequação à nova rotina.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Para os adultos, a entrega teve como objetivo reforçar os direitos das mulheres que estão prestes a se tornar mães, destacando a necessidade de informar-se adequadamente sobre o benefício, a fim de evitar qualquer tipo de desinformação. Também foram abordadas questões relacionadas ao impacto que o salário-maternidade pode ter na vida profissional e pessoal da mulher, assim como a importância de um equilíbrio entre as responsabilidades familiares e as profissionais.

De forma geral, a ação buscou contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente sobre a importância do salário-maternidade, promovendo a igualdade de direitos e a valorização da maternidade no contexto laboral.

QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS:

Cerca de 15 beneficiários, por meio da entrega de panfletos e apresentação com o uso de slides.

OBSERVAÇÕES:

O direito ao salário-maternidade é um benefício fundamental para as gestantes, e a compreensão de suas regras e direitos é essencial para garantir a proteção da mãe e da criança durante o período pós-parto. Esse direito envolve não apenas aspectos legais, mas também questões culturais e educacionais, que precisam ser abordadas de forma integral para que as mulheres saibam como acessar e usufruir do benefício.

O salário-maternidade assegura à mulher um período de afastamento remunerado do trabalho, permitindo-lhe cuidar de seu filho nos primeiros meses de vida. Esse direito é fundamental para garantir o bem-estar da mãe e da criança, além de contribuir para a equidade de gênero no ambiente de trabalho. A conscientização sobre como funciona o salário-maternidade, quem tem direito a ele e quais os passos necessários para solicitação, é crucial para que as mulheres não percam esse benefício, muitas vezes devido a desinformação.

É importante destacar que, apesar de avanços legislativos, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, que assegura o salário-maternidade, ainda existem muitos desafios quanto ao seu pleno cumprimento, especialmente em contextos informais de trabalho. Muitas mulheres ainda não têm conhecimento adequado sobre como e onde solicitar esse benefício, o que pode resultar em transtornos e até no não recebimento do valor devido. Assim, a educação sobre o salário-maternidade e a fiscalização mais rigorosa das leis trabalhistas são essenciais para garantir que esse direito seja efetivamente garantido e usufruído por todas as gestantes.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Professor(a) articulador(a)

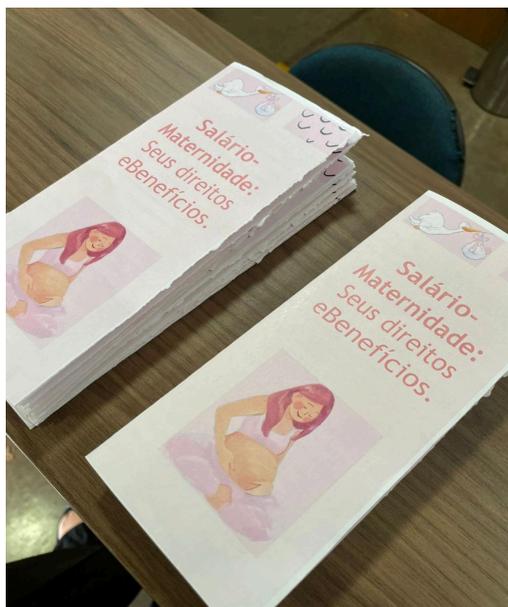
Coordenador(a) de Extensão

Coordenador(a) de Curso

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

ANEXOS FOTOGRÁFICOS:



Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022





Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022